



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI ORDINARIA 18/2025

Dispõe sobre ações e instrumentos para resolução de conflitos nas escolas municipais de Corumbá-MS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul**, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre ações e instrumentos voltados à resolução de conflitos nas escolas municipais, com foco na promoção da cultura de paz, da mediação e da justiça restaurativa no ambiente escolar.

Art. 2º As ações para resolução de conflitos nas escolas municipais compreendem:

- I – a solução pacífica e harmoniosa dos conflitos oriundos das relações interpessoais entre os atores da comunidade escolar;
- II – o respeito e a tolerância às diferenças sociais, econômicas, políticas, religiosas e de gênero;
- III – a melhoria da comunicação entre os envolvidos, preservando-se as relações interpessoais;
- IV – a educação para a paz e para os direitos humanos;
- V – a valorização da cultura do diálogo;
- VI – a prevenção de todas as formas de violência no ambiente escolar;
- VII – a inclusão de professores, funcionários, profissionais da educação, alunos e familiares nas soluções de conflitos, promovendo ambiente escolar pacífico e harmonioso.

Art. 3º São instrumentos de resolução de conflitos no espaço escolar:

- I – métodos autocompositivos, por meio dos quais o conflito é solucionado diretamente pelas partes, sem necessidade de intervenção de terceiros alheios à situação;
- II – justiça restaurativa, entendida como conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos e técnicas voltados à conscientização sobre fatores relacionais e sociais que motivam conflitos e violências, visando à reparação e fortalecimento da convivência;
- III – mediação escolar, processo que auxilia as partes a alcançarem acordo mediante diálogo e negociação, promovendo ambiente democrático e respeitoso.

§ 1º São princípios da justiça restaurativa: universalidade, celeridade, confidencialidade, consensualidade, corresponsabilidade, empoderamento, imparcialidade, informalidade, participação, reparação de danos, urbanidade e voluntariedade.

§ 2º São princípios da mediação escolar: imparcialidade, confidencialidade, respeito e diálogo.

Art. 4º São práticas da justiça restaurativa, entre outras:

- I - as reuniões familiares, no modelo de narrativa circular;
- II - as mediações transformativas;
- III - as mediações vítima-ofensor;
- IV – os encontros comunitários;





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

V - os círculos de construção de paz; e

VI - os círculos restaurativos.

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se mediação transformativa o conjunto de práticas e atos conduzidos com o objetivo de mediar à resolução de disputas e promover acordos que favoreçam mutuamente as partes envolvidas no conflito, provocando a modificação da relação entre as partes e transformando o padrão relacional competitivo em colaborativo, deslocando o objetivo principal da obtenção de acordo para a transformação da relação entre as partes.

§ 2º Considera-se círculo de construção da paz, descrito no inciso V deste artigo, o procedimento baseado no favorecimento de um espaço de diálogo que permite a identificação e a compreensão das causas e necessidades subjacentes ao conflito e a busca de sua transformação em uma atmosfera de segurança e respeito.

§ 3º Considera-se círculo restaurativo, descrito no inciso VI deste artigo, o procedimento que prioriza o diálogo entre os envolvidos e terceiros atingidos, para que construam de forma conjunta e voluntária soluções mais adequadas para a resolução dos conflitos.

Art. 5º A Justiça Restaurativa e a Mediação Escolar poderão ser integradas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades de ensino, respeitada a autonomia escolar e os princípios da gestão democrática.

Art. 6º O Município promoverá, diretamente ou em parceria com instituições afins, a formação continuada de professores, servidores e membros da comunidade escolar para atuação como facilitadores de práticas restaurativas.

Art. 7º Para implementação para presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a executar as ações e os instrumentos de que trata esta Lei, com atribuições de planejamento, coordenação, avaliação e disseminação das práticas de mediação e resolução de conflitos no âmbito escolar.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores(as),

O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito do Município de Corumbá, políticas de resolução pacífica de conflitos nas escolas municipais, fomentando a cultura de paz, a mediação escolar e a justiça restaurativa.

A proposta não cria cargos, funções ou estruturas administrativas, tampouco interfere na organização interna da Administração Pública, permanecendo restrita à fixação de diretrizes normativas sobre tema de relevante interesse social. Assim, não há vício de iniciativa, pois o Poder Legislativo, no exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, da Constituição Federal) e no exercício da competência concorrente em matéria de educação e proteção da infância e juventude (arts. 23, V, e 24, IX, da Constituição Federal), está plenamente autorizado a propor esta iniciativa.

O ambiente escolar é espaço privilegiado de formação cidadã. Entretanto, não raro, verifica-se a ocorrência de conflitos que, se não tratados de forma adequada, repercutem negativamente no processo educativo. Nesse contexto, a adoção de métodos de justiça restaurativa e mediação escolar tem se mostrado instrumento eficaz para reduzir violências, restaurar relações e assegurar um clima escolar harmonioso e produtivo.

Importante destacar que este Projeto de Lei não invade a esfera de atuação privativa do Executivo, pois não disciplina estrutura administrativa, mas apenas autoriza e incentiva a adoção de políticas públicas já consagradas em nível nacional e recomendadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela UNESCO.

Ao valorizar a formação continuada de professores e servidores, bem como a proposta oferece suporte técnico e pedagógico para implementação efetiva de ações que beneficiarão toda a comunidade escolar.

Diante do exposto, conclamo o apoio dos nobres colegas vereadores à aprovação do presente Projeto de Lei, convictos de que estamos avançando para um ambiente escolar mais seguro, pacífico e inclusivo, em consonância com os princípios constitucionais de promoção da educação, da cidadania e dos direitos humanos.

CORUMBA/MS, 19 de Agosto de 2025

Jovan Temeljkovitch
Vereador(a)

